





## AMG BRASIL S.A - CNPJ/MF Nº 11.224.676/0001-85

Passivos financeiros		31/12/2022	31/12/2021	
Contas a pagar	10	2	63.417	90.091
Empréstimos bancários	11	2	72.873	235.048
Swap de taxas de juros e câmbio (*)	23	2	2.453	12.257
			<u>138.743</u>	<u>337.396</u>

Instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo com mensuração de nível 2, mediante a técnica de fluxos de caixa descontados. De acordo com o CPC 48, esses instrumentos financeiros foram designados como mensurados a valor justo em (VJR) porque são administrados com base nos seus valores justos e seus desempenhos são monitorados nesta base. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares. • O valor justo de "swaps" de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas

pelo mercado. • O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

**24 Cobertura de seguros** - A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos para delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Seus principais apólices de seguro, para danos materiais de seus estoques e ativo fixo, e de lucros cessantes, são negociadas e acordadas para cobrir suas operações nos municípios de São João Del Rei e Nazareno. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, essas apólices possuíam limite máximo de indenização de R\$600 milhões (R\$300 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

**25 Transações que não afetam caixa** - Os seguintes ajustes foram realizados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 por não afetarem caixa: - ajustes de conversão de moeda de apresentação, no montante de R\$55.296 no ativo imobilizado (R\$23.031 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e R\$7.651 no ativo intangível (R\$4.003 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021); - constituição de provisão para reabilitação ambiental capitalizada no imobilizado, no montante de R\$3.272 (R\$1.410 no exer-

cício findo em 31 de dezembro de 2021); - compensação de créditos fiscais no pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes, no montante de R\$28.940 (nenhum valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2021); - compensação de empréstimo de mútuo com transferência de ativo imobilizado, no montante de R\$3.428.

**26 Eventos subsequentes** - Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia firmou com a JX Nippon Mining & Metals uma parceria, na forma de SCP, para operar seu negócio de processamento de concentrado de lítio. Esta SCP terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo a AMG BR a sócia ostensiva (55%), com poder de decisão sobre a operação, e a JX Nippon a sócia minoritária (45%), não tendo qualquer controle sobre a operação. Como parte deste acordo, a JX Nippon capitalizará o SCP com US\$14.000.000,00 até o final de março de 2023, e garantirá a compra da totalidade da produção de concentrado de lítio a ser produzido, enquanto a AMG Brasil garantirá o suprimento de pré-concentrado para a operação da SCP.

Fabiano José de Oliveira Costa - Diretor Presidente

Marcelo Pacheco de Mattos - Gerente Financeiro

Guilherme Carvalho de A. Vieira - Contador - CRC MG 107.569/0-7

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da AMG Brasil S.A. Nazareno - MG

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da AMG Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AMG Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte, 20 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG  
Mateus Cunha Figueiredo  
Contador CRC MG-105612/O-0

# ANUNCIE NO

# DIÁRIO DO COMÉRCIO

O ponto de encontro,  
análise e debate sobre a economia  
em Minas Gerais.

31 9 9473-0406 / 3469-2098

jose.luiz@diariodocomercio.com.br  
diariodocomercio.com.br



BRDOCS

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP nº 2.200-2  
de 24/08/2001.  
A autenticidade pode ser  
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 07/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para  
acessar a página de Publicidade Legal no portal  
do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link:  
<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/07-04-2023-p1>

